

MAIS ARROCHO

Fabiana Melo
e Liana Verdini
Da equipe do Correio

Ocorte de R\$ 1,2 bilhão no Orçamento e o aumento dos impostos pagos pelas empresas devem complicar ainda mais a vida dos brasileiros. Como a ordem no governo é economizar, é provável que falte dinheiro para conservação das estradas e construção de pontes, escolas e hospitais.

Passar a faca nos recursos destinados a obras de infra-estrutura é a saída mais fácil para o governo. Mas pode trazer grandes prejuízos para a população a médio prazo, como, por exemplo, gastos extras com o conserto do carro danificado nos buracos das rodovias e o aumento nos preços dos fretes.

"Se cortarem mais em infra-estrutura, vamos ter mais buracos nas estradas e o Custo Brasil será ainda maior", afirma o economista Raul Velloso. Custo Brasil é uma série de fatores que encrecem a produção.

O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, professor do Instituto de Economia da Universidade de Campinas, lembra que o governo reduziu os investimentos em infra-estrutura em 1998 e neste ano, quando teve de ajustar as contas para proteger o real da crise financeira internacional. Os cortes no Orçamento serão definidos pelos parlamentares da Comissão Mista de Orçamento e Gestão.

SERVIDORES

O outro R\$ 1,2 bilhão que falta para o governo garantir a receita de R\$ 2,4 bilhões perdidas na semana passada, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores aposentados e impediu o aumento do desconto dos funcionários públicos da ativa, serão pagos pelas empresas.

Conforme o pacote anunciado ontem pelos ministros Pedro Malan, da Fazenda, e Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, os empresários não poderão mais descontar do que devem ao Fisco uma parcela da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para compensar, o governo reduziu a alíquota da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) de 12% para 9%.

Se tudo estivesse correndo bem na economia, o aumento dos impostos deveria provocar a imediata elevação dos preços. Mas como os consumidores estão sem dinheiro e há muitos desempregados, as empresas não devem repassar o novo custo. "O poder de compra dos brasileiros está tão reduzido que será difícil haver impacto na inflação", afirma Horácio Lafer Piva, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

"Como o país enfrenta um quadro recessivo, não terá aumento. Os empresários terão de diminuir a margem de lucro", calcula o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes, ex-diretor do Banco Central.

SONEGAÇÃO

Outro prejuízo que o setor empresarial terá de engolir é a perda de competitividade, causada pelo aumento da carga tributária, afirma o economista Felipe Ohana, professor da Fundação Getúlio Vargas em Brasília. "Além disso, o aumento do imposto incentiva a sonegação", conclui. Além disso, é provável um aumento da inadimplência.

Wilson Pedrosa/AE



Malan e Tavares no anúncio do pacote: se o Brasil não estivesse em recessão, as empresas repassariam o aumento de impostos ao consumidor

MENOS INVESTIMENTO, MAIS IMPOSTO

O pacote anunciado ontem pelo governo tem o objetivo de recuperar a receita de R\$ 2,4 bilhões perdida com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que impediou a cobrança de contribuições previdenciárias de servidores aposentados e o aumento dos descontos dos funcionários públicos da ativa. O governo precisa deste dinheiro para cumprir o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e vai cortar despesas do Orçamento e aumentar os impostos das empresas.



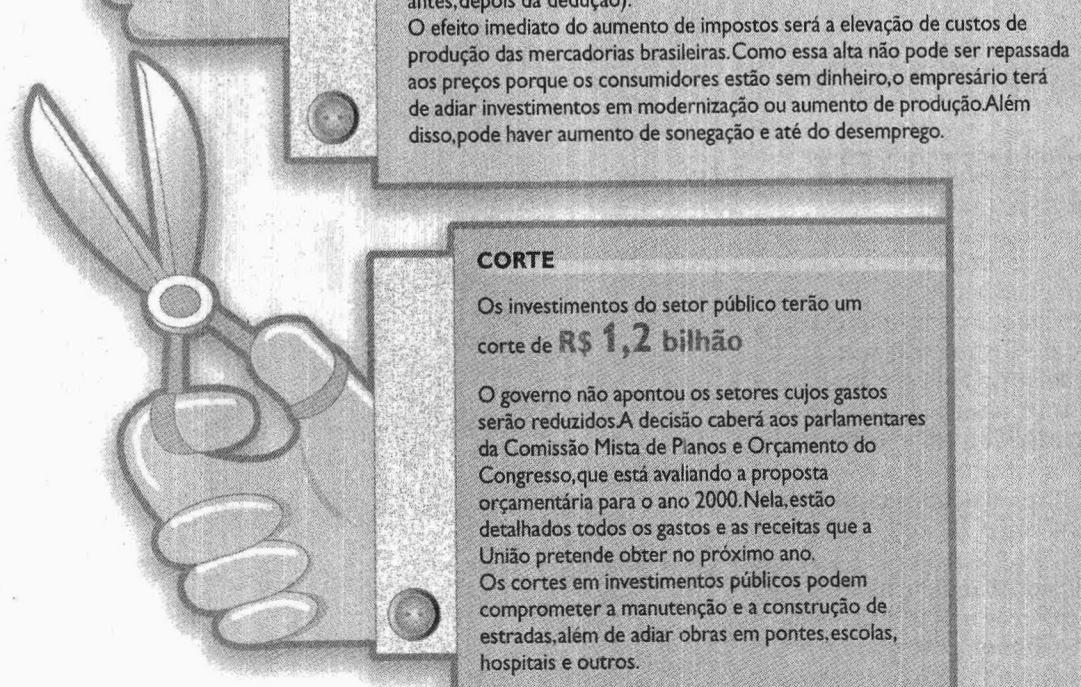
RECEITAS

As empresas vão pagar mais impostos e com isso o governo deve arrecadar mais R\$ 1,2 bilhão.

A alíquota da CSLL vai baixar de 12% para 9%.

Mas o empresário não poderá mais descontar do pagamento da CSLL um terço do gasto com a Cofins. Por exemplo: uma empresa com faturamento de R\$ 1 milhão por ano e lucro de R\$ 100 mil, paga hoje R\$ 32 mil de Cofins e CSLL (3% de Cofins sobre o faturamento, mais 12% da CSLL, menos um terço do gasto com a Cofins). Passará a pagar R\$ 39 mil (R\$ 30 mil pela Cofins, como antes, mais R\$ 9 mil de CSLL em vez dos R\$ 2 mil que pagava antes, depois da dedução).

O efeito imediato do aumento de impostos será a elevação de custos de produção das mercadorias brasileiras. Como essa alta não pode ser repassada aos preços porque os consumidores estão sem dinheiro, o empresário terá de adiar investimentos em modernização ou aumento de produção. Além disso, pode haver aumento de sonegação e até desemprego.



CORTE

Os investimentos do setor público terão um corte de R\$ 1,2 bilhão

O governo não apontou os setores cujos gastos serão reduzidos. A decisão caberá aos parlamentares da Comissão Mista de Planos e Orçamento do Congresso, que está avaliando a proposta orçamentária para o ano 2000. Nela, estão detalhados todos os gastos e as receitas que a União pretende obter no próximo ano. Os cortes em investimentos públicos podem comprometer a manutenção e a construção de estradas, além de adiar obras em pontes, escolas, hospitais e outros.

Editoria de Arte/Amaro Jr.

"O lado importante desse pacote foi mostrar ao mercado que há austeridade. Perdeu receita de um lado e compensou quase imediatamente de outro. Dessa forma, pode passar credibilidade fiscal", avalia o economista Felipe Ohana.

PRESSÃO

Os cortes no Orçamento podem, também, funcionar como moeda de troca na aprovação dos projetos de grande interesse por parte do governo. "Tem um pouco de ameaça ao Congresso Nacional nessas medidas", calcula Belluzzo.

Os parlamentares sofrerão ainda com a responsabilidade de decidir o que será cortado, em véspera de ano eleitoral. De acordo com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias, como o valor dos cortes não é tão grande, é mais fácil negociar com os parlamentares do que retirar a proposta do Congresso, cortá-la e enviá-la novamente. "Dessa forma, ainda evitamos que haja atrasos na tramitação", explica.

■ Colaboraram Flávia Filipini e Denise Rothenburg

próximo ano passam a pagar 15% de Imposto de Renda. Os técnicos da área econômica preparam um projeto de lei para alterar o Código Tributário Nacional, recheada de propostas polêmicas.

Uma delas é a que limita a um ano o efeito das liminares para suspensão de pagamento de im-

postos, exceto a concedida pelo Supremo. E a que permite a quebra do sigilo fiscal para fins penais, inscrição na Dívida Ativa da Fazenda Pública e parcelamento ou moratória.

Com o pacote anunciado ontem o governo pretende mostrar ao mercado internacional que está seriamente comprometido

com o cumprimento das metas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) aprovada em junho e acordadas com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A equipe econômica quis mostrar que vai conseguir o superávit primário de 2,65% do Produto Interno Bruto (PIB) acertado com o FMI.

■ Colaboraram Flávia Filipini e Denise Rothenburg